

A MODALIZAÇÃO E OS GÊNEROS FORMULAICOS: ESTRATÉGIA SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA

Erivaldo Pereira do Nascimento¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar como a modalização se comporta nos gêneros formulaicos, revelando como, mesmo em documentos padronizados que tentam tornar o processo de comunicação objetivo e impessoal, é possível encontrar marcas de subjetividade. Trata-se de reflexões realizadas a respeito do fenômeno da modalização nos referidos gêneros, a partir de investigações científicas realizadas através do Projeto ESAGD (Estudos Semânticos Argumentativos de Gêneros do Discurso: Redação Escolar e Gêneros Formulaicos), na Universidade Federal da Paraíba, e financiado com recursos do CNPq (processo 501922/2009-1). A descrição dos referidos gêneros permitiu-nos verificar, entre outras coisas, que a modalização é uma estratégia presente em todos os gêneros investigados e que é utilizada com diferentes funções discursivas, que sofrem variação de um gênero para outro. Além disso, as investigações nos permitiram rever a classificação dos elementos modalizadores, confrontando propostas de diferentes autores, tais como Koch (2002), Cervoni (1989) e Castilho e Castilho (1993), entre outros, com as descrições realizadas.

Palavras-chave: Modalização. Gêneros formulaicos. Redação Empresarial e Oficial.

Abstract

The aim of this study is to show how modalization behaves in the formulaic genres, revealing how, even in standardized documents which try to turn the communication process into something objective and impersonal, we

manage to find marks of subjectivity. It is composed of reflections about the modalization phenomenon in the formulaic genres derived from scientific investigations of the ESAGD Project (Argumentative-semantic Studies of the Discourse genres: School writing and the Formulaic Genres) at the Federal University of Paraíba and financed by CNPQ. The description of these genres enabled us to verify, among other things, that modalization is a strategy which can be found in all the genres investigated and that it is used with different discursive functions which vary from one gender to the other. Besides that, the investigations allowed us to review the classification of the elements used in modalization, confronting proposals by different authors, such as Koch (2002), Cervoni (1989) and Castilho e Castilho (1993), among others, with the descriptions in this study.

Keywords: Modalization. Formulaic Genres. Business and Official Writing.

Este trabalho discute como o fenômeno da modalização se comporta nos gêneros da redação empresarial e oficial buscando revelar de que maneira, mesmo em documentos padronizados que tentam tornar o processo de comunicação objetivo e impessoal, é possível encontrar marcas de subjetividade.

Trata-se de reflexões realizadas a respeito do fenômeno da modalização nos referidos gêneros formulaicos, a partir de investigações científicas que foram levadas a cabo em dois laboratórios da Universidade Federal da Paraíba (o LAEL – Laboratório de Estudos Linguísticos e o LASPRAT – Laboratório Semântico-Pragmático de Textos), sob nossa orientação. As investigações aqui referidas filiam-se ao Projeto ESAGD (Estudos Semânticos

¹ Doutor em Letras pela UFPB; Professor da UFPB (Programa de Pós-Graduação em Linguística e Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino); Bolsista de Produtividade em Pesquisa (2009-2012).

Argumentativos de Gêneros do Discurso: Redação Escolar e Gêneros Formulaicos), financiado com recursos do CNPq.

Nos manuais oficiais ainda se prega uma tentativa de objetividade e de impessoalidade, tentando reduzir a linguagem a um fim único: o interesse dos cidadãos. É isso, por exemplo, o que encontramos no manual de redação da Câmara dos Deputados (s/d, p. 32):

Em outras palavras, a redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Sendo assim, é inconcebível que os assuntos objeto dos expedientes oficiais sejam tratados de outra forma que não a estritamente impessoal. (MANUAL DE REDAÇÃO..., s/d, p. 32)

A tentativa de impessoalidade pregada pelos manuais, bem como a padronização dos documentos, não somente distancia a língua das interações reais dos sujeitos, no próprio âmbito das organizações, como apresenta uma visão reducionista da própria linguagem.

A impessoalidade, afirma Ducrot (1988), é uma estratégia argumentativa que pretende isentar de responsabilidades o locutor ou, ainda, escondê-lo por trás da máscara da imparcialidade. Em outras palavras, é apenas uma estratégia argumentativa, entre tantas outras, presente nos gêneros textuais do universo oficial.

A descrição dos gêneros da redação empresarial e oficial, pelo projeto ESAGD, permitiu-nos verificar, entre outras coisas, que a modalização é uma estratégia presente em todos os gêneros investigados e que é utilizada com diferentes funções discursivas, as quais variam de um gênero para outro.

Por mais que a sociedade tente sistematizar, normatizar e estabelecer padrões para as interações no ambiente empresarial e oficial, a natureza dialógica e argumentativa da linguagem irá prevalecer. Assim, sempre haverá, em maior ou menor grau, marcas que denunciam as intenções e a presença do responsável pelo dito.

Este trabalho está organizado em duas partes. Inicialmente, tratamos do fenômeno da modalização como uma estratégia semântico-argumentativa, presente em diferentes gêneros do discurso. Em seguida, trazemos as reflexões a respeito do fenômeno da modalização nos gêneros formulaicos, a partir das investigações realizadas pelo projeto ESAGD.

1. A Modalização Como Estratégia Semântico-Argumentativa

Castilho e Castilho (1993, p. 217) afirmam que o termo modalização expressa um julgamento do falante perante a proposição. No entanto, dois termos têm sido empregados nesse sentido: modalidade e modalização. O primeiro quando “o falante apresenta o conteúdo

proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa)”. O termo modalização tem sido usado quando “o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional”. Esse relacionamento consiste em julgar o teor de verdade da proposição, ou expressar um julgamento sobre a forma escolhida para verbalizar o conteúdo da proposição.

No entanto, esses autores preferem usar os termos indistintamente, pois “há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular” (1993, p.217). Eles acrescentam que decorrem daí as decisões do falante sobre afirmar, negar, interrogar, expressar dúvida, certeza etc.

A partir de Dubois (1973), Santos (2000, p. 01) afirma que a modalização é uma categoria que permite ao falante expressar uma atitude em face do enunciado que produz. A modalidade, por sua vez, é sinônima de modo e indica o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e o seu interlocutor.

Lyons (1977, p. 329) afirma que, na lógica tradicional, o termo modalidade é utilizado para descrever a quantificação do predicado: “Na lógica tradicional (baseada na análise bipartida entre sujeito e predicado), a modalidade foi comumente descrita como quantificação do predicado”.²

No entanto, Lyons (1977) aponta que, tanto na linguística como na lógica, o termo tem provocado uma série de interpretações conflitantes, devido a sua aproximação com os termos *modo* e *modal*. O autor reconhece que há uma aproximação etimológica óbvia entre esses três termos, mas acrescenta que prefere reservar o termo modo para o sentido que lhe atribui a Gramática Tradicional, para se referir às categorias gramaticais denominadas de *indicativo*, *subjuntivo* e *imperativo*. O autor ainda acrescenta que o único tipo de modalidade reconhecido pela lógica tradicional é o que relaciona as noções de necessidade e possibilidade ao valor de verdade e falsidade das proposições, ou seja, a modalidade alética.

Os lógicos relacionam a modalidade alética, segundo Lyons (1977), mais à necessidade do que à possibilidade. Necessidade é definida em termos de verdade em todos os universos possíveis, e possibilidade em termos de verdade em alguns universos possíveis.

Cervoni (1989) afirma que o termo modalidade implica a ideia de que uma análise semântica permite distinguir, em um enunciado, um conteúdo proposicional (dito) de um ponto de vista do falante sobre esse conteúdo (modalidade). Para o autor, a modalidade é constitutiva da significação fundamental do enunciado, o que a distingue da conotação. Para o autor, o fenômeno da modalidade na Linguística, embora tenha suas raízes na lógica e conserve alguma coisa de sua significação original, deve ser tratado com a máxima atenção à morfologia, à sintaxe e ao léxico.

² In traditional logic (based on a bipartite analysis of propositions into subject and predicate), modality was commonly described as quantification of the predicate. (LYONS, 1977, p. 329)

Por essa razão ele retoma a noção tradicional de que só ocorre modalidade quando essa incide sobre a proposição como um todo, para afirmar que, nas teorias linguísticas contemporâneas, a partir da análise das formas de superfície e do implícito, se discute a modalidade incidindo sobre parte da proposição, o sintagma nominal, por exemplo.

Conforme a definição tradicional, só serão consideradas modalidades as determinações referentes a uma proposição. Mas, para o linguista, não há hipótese de ver proposições apenas nas frases que têm uma forma canônica (Sócrates corre, educa os jovens, é um homem...). As teorias linguísticas contemporâneas demonstraram a vantagem de se supor estruturas subjacentes para as formas de superfície e de dar lugar ao implícito na análise das frases. (CERVONI, 1989, p. 62, grifo do autor)

Por essa razão, Cervoni apresenta uma classificação, segundo a qual se pode distinguir o que é tipicamente modal do que é parcialmente modal e do que é possível e vantajoso excluir do campo das modalidades. O que é tipicamente modal, ele denominou de núcleo duro, o que é parcialmente modal foi denominado de modalidade impura. Dentro do núcleo duro foram incluídas as modalidades proposicionais e os auxiliares de modo, uma vez que ambos, para Cervoni (1989, p. 63), “têm uma significação essencialmente modal perfeitamente explícita”.

Com relação à modalidade impura, o autor afirma que essa inclui “os casos em que a modalidade é implícita ou mesclada num lexema, num mesmo morfema, numa mesma expressão, a outros elementos da significação” (ibidem, p. 68). Nesse grupo, estão incluídos alguns adjetivos avaliativos, como útil, agradável, interessante, grave, etc., os verbos *dicendi*, e os modos verbais. No entanto, ao tratar dos adjetivos avaliativos, Cervoni afirma que esses só serão modais quando for possível recuperar a forma canônica.

Neves (2000, p. 188), por sua vez, apresenta casos de adjetivos exprimindo valores modais, em que não é possível recuperar a estrutura canônica tradicional. Isso ocorre no enunciado “Pareceu-me o meio mais simples de evitar uma possível crise na família”. Neste exemplo da autora, o adjetivo “possível” possui um valor epistêmico e, no entanto, incide sobre o sintagma nominal “crise na família”, sendo impossível recuperar a estrutura canônica a que Cervoni faz referência.

Pelo que se observa acima, a modalização tem sido vista, pela maioria dos autores, como uma estratégia inerente ao enunciado, recaindo ora sobre o enunciado como um todo, ora sobre parte deste. Percebe-se, ainda, que a distinção entre o que é modalização e o que é modalidade não é um problema resolvido. A não resolução desse problema tem sua base na distinção entre subjetividade e intersubjetividade, como também, pelo fato de considerar que é possível separar o subjetivo do intersubjetivo. No processo de interação, esses fenômenos não são tão separáveis assim, tampouco na própria estrutura da língua, como afirma Ducrot (1988).

Assim, ao asseverar em enunciado “É certo que Pedro venha”, o locutor além de expressar certeza com relação ao fato da vinda futura de Pedro, ele o faz em função do seu interlocutor, ou porque queira que seu interlocutor acredite também que essa informação é verdadeira, ou porque tem outra intenção, que, algumas vezes, só é recuperada pela enunciação. Por essa razão, não parece produtivo separar a atitude do falante (expressar certeza, logo modalização), da sua intenção (fazer com que o interlocutor acredite que isso é uma verdade, logo modalidade). Tampouco é produtivo separar a escolha em asseverar (expressar uma certeza = modalização) do julgamento feito pelo falante (eu considero isso uma verdade = modalidade). Esses fenômenos não estão separados, como observaram Castilho e Castilho (1993) e constituem-se em uma estratégia de argumentação. Isso já pudemos constatar nos estudos sobre a modalização em vários gêneros textuais/discursivos (NASCIMENTO, 2009; 2010).

As nossas investigações nos fizeram perceber que há sempre uma avaliação do locutor (modalidade) em função da interlocução, no sentido de expressar suas intenções (modalização) e, por essa razão, não parece produtivo separar aspectos subjetivos de intersubjetivos, pois esses estão intrinsecamente relacionados (um só se manifesta em função do outro). Assim, reiteramos: “Logo também não se é produtivo, a priori, separar modalidade de modalização, pelo menos quando formos tratar esse fenômeno como uma estratégia argumentativa.” (NASCIMENTO, 2009, p. 1376). Tal posicionamento se baseia, como já foi assinalado, em Ducrot (1988), que reúne os aspectos subjetivos e intersubjetivos dos enunciados em um único aspecto, por ele denominado de valor argumentativo dos enunciados.

Segundo Lyons (1977), todas as línguas naturais proveem seus falantes com recursos prosódicos (acentuação e entonação) com os quais eles expressam tipos distintos de enunciados epistêmicos. Alguns, mas nem todos, são gramaticalizados (categoria de modo), alguns são lexicalizados ou semilexicalizados (verbos modais – dever; adjetivos modais – possível; advérbios modais – possivelmente; partículas modais – talvez).

Castilho e Castilho (1993) também afirmam que a modalização movimenta diferentes recursos linguísticos, entre os quais citam a prosódia, os modos verbais, verbos auxiliares como *dever* e *querer*, verbos que constituem orações parentéticas e matrizes como *achar*, *crer* e *acreditar*, adjetivos, advérbios, sintagmas preposicionados com função adverbial, entre outros. Da mesma forma como a modalização pode se lexicalizar de diversas maneiras, diferentes tipos de modalidade podem ser veiculados com um mesmo item lexical, segundo Koch (2002). Este é o caso do verbo *dever*, que pode veicular possibilidade, probabilidade, dúvida, certeza etc.

Abaixo, apresentamos um quadro com a classificação dos elementos modalizadores, que

materializam a modalização, e que é resultado de nossas investigações no projeto ESAGD. Para se chegar a este quadro partimos da proposta inicial de Castilho e Castilho (1993), que classifica a modalização, e conseqüentemente os modalizadores, em Epistêmica, Deontica e Afetiva, e reformulamo-la, a fim de dar conta da ocorrência do fenômeno da modalização nos gêneros investigados pelo projeto. Agrupamos, por conseguinte, a modalização em quatro grandes grupos: Epistêmica, Deontica, Avaliativa e Delimitadora.

Quadro 1: Tipos e subtipos de modalização.

Tipo de Modalização	Subtipos	Efeito de sentido no enunciado ou enunciação
Epistêmica – expressa avaliação sobre o caráter de verdade ou conhecimento	Asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo certo ou verdadeiro
	Quase-asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro
	Habilitativa	Expressa a capacidade de algo ou alguém realizar o conteúdo do enunciado
Deontica – expressa avaliação sobre o caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade	De obrigatoriedade	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer
	De proibição	Expressa o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer
	De possibilidade	Expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que algo aconteça
	Volitiva	Expressa um desejo ou vontade de que algo ocorra
Avaliativa – expressa avaliação ou ponto de vista	---	Expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deontico ou epistêmico
Delimitadora	---	Determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo do enunciado

Convém ainda ressaltar que um mesmo item lexical pode expressar diferentes modalidades, gerando efeitos de sentido diferentes. Obviamente que, para determinar o tipo de modalidade expressa, é necessária uma análise semântico-discursiva do item em questão.

2. A Modalização Nos Gêneros da Redação Comercial e Oficial

O projeto ESAGD, no período de 2009 a 2012, descreveu a modalização, entre outras estratégias argumentativas, em 08 gêneros da redação comercial e oficial, a saber: a carta comercial, o ofício, o memorando, a ata, a declaração, o requerimento, o edital e o relatório.

Na investigação realizada, de natureza descritiva, os procedimentos adotados foram os seguintes:

- a) leitura e discussão a respeito da Teoria da Argumentação na Língua, dos Estudos sobre a Modalização e sobre o gênero a ser descrito;
- b) coleta, armazenamento e seleção dos textos a serem investigados;
- c) levantamento das estruturas semântico-argumentativas presentes nos textos;
- d) descrição e análise das estruturas semântico-argumentativas presentes nos textos;
- e) reflexão teórica a partir da descrição e da análise dos dados obtidos e sistematização dos resultados.

A análise realizada foi de caráter qualitativo, no entanto, quantificamos a ocorrência dos modalizadores, a fim de verificar não só qual modalização se sobressaía em cada gênero, mas também realizar comparações entre os gêneros descritos, muitas das quais relatamos neste trabalho.

Foram envolvidos na investigação desses gêneros, além do coordenador do projeto, 02 alunas do mestrado em Linguística do Proling/UFPB³ e 05 alunos (Bolsistas de Iniciação Científica) da graduação em Secretariado Executivo Bilíngue, também da UFPB⁴. Além desses, contribuíram para os estudos teóricos realizados 03 alunos de doutorado do Proling⁵ e dois professores colaboradores (UFPB e IFPB)⁶.

A seguir, apresentamos as reflexões a respeito das análises dos gêneros investigados, por tipo de modalização.

2.1 Modalização Epistêmica

A modalização epistêmica se fez presente em praticamente todos os gêneros investigados, com predominância na declaração (49,1 % dos modalizadores presentes no gênero) e no memorando (38,6 % dos modalizadores encontrados no gênero).

Na declaração, predominou a epistêmica asseverativa, a que apresenta o conteúdo como algo certo e, por essa razão, compromete o locutor responsável pelo enunciado. O trecho abaixo ilustra essa ocorrência.

Trecho 01 – Declaração

Declaro para os devidos fins e direitos a quem interessar **possa**, que o Sr.XXX nunca foi meu coordenador financeiro, e em momento algum, presente ou passado recebeu qualquer quantia em dinheiro ou coisa que o valha, para pagar, seja o que for a alguém

³ Ana Carolina Vieira Bastos e Sandra Maria de Carvalho Santos.

⁴ Silvana de Lino Batista; Geziel de Brito Lima; Kátia Regina de Almeida Gonçalves; Pricila Rafaela dos Santos Oliveira e Raquel Ferreira da Silva.

⁵ Marcos Antônio da Silva; Clécida Maria Bezerra Bessa e Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa.

⁶ Lucienne Claudete Espíndola (UFPB) e Joseli Maria da Silva (IFPB)

por qualquer tipo de serviço, assessoria, etc.

No trecho acima, Silva (2011) observa que o verbo *dicendi* “**declarar**” na 1ª pessoa do singular “**declaro**”, atribui toda a responsabilidade do dito ao declarante e adquire a função de apresentar todo o discurso como verdadeiro. Constitui-se, assim, em um modalizador epistêmico asseverativo.

Além da forma apresentada no trecho 01 (*declaro*), Silva (2011) encontrou o verbo *declarar* na primeira pessoa do plural (*declaramos*) e na terceira pessoa do singular (*declara*): A terceira pessoa foi utilizada, de acordo com a pesquisadora, com a função de atribuir a responsabilidade do que está sendo declarado a uma instituição ou órgão, minimizando a responsabilidade de quem assina a declaração; já com a primeira pessoa do plural, o locutor responsabiliza a si próprio mas também a instituição remetente, atribuindo a si e a outrem a responsabilidade pelo que está sendo declarado. Trata-se, também, de uma tentativa de minimizar a responsabilidade pelo dito.

As investigações realizadas por Silva (2011) mostram que em todos os memorandos investigados ocorre a presença dos modalizadores epistêmicos asseverativos, de maneira especial o verbo *declarar*, o que torna esse tipo de modalização intrínseca ao documento. Assim, é pertinente Silva (2011, p. 25) asseverar que “A declaração é, por natureza, um gênero argumentativo, uma vez que se apresenta como algo assertivo e que compromete o locutor pelo conteúdo do dito. Daí a forte presença de modalizadores epistêmicos asseverativos que encontramos na nossa investigação”.

Semelhante ao que ocorre com a declaração, em que o epistêmico asseverativo *declarar* assume um caráter quase que intrínseco à forma do gênero, no memorando e no ofício foram encontrados alguns asseverativos que passaram a integrar o caráter formulaico do gênero. Nas investigações realizadas por Bastos (2011), no ofício, e por Gonçalves (2010), no memorando, foram encontradas estruturas do tipo “Certo de”, “Ciente de”, que funcionam como uma estratégia argumentativa no sentido de tentar convencer o interlocutor a atender ao pleito apresentado pelo locutor, como se pode perceber na análise transcrita a seguir.

No memorando da Universidade Federal da Paraíba, enviado por um diretor de Centro a Diretora da Biblioteca Central, com a finalidade de solicitar uma doação de materiais para as bibliotecas do CCAE, o locutor modaliza o enunciado Certos de contarmos com o empenho desta diretoria, ao fazer uso da expressão adjetiva “**certos de**”. Através deste, o locutor apresenta ter a certeza de que contará com o empenho da Diretora para alcançar seu pedido. Ocorre, nesse exemplo, um modalizador epistêmico asseverativo, o qual é apresentado pelo locutor como uma afirmação que não deixa margem a dúvidas. O locutor utiliza tal adjetivo propositalmente, como uma estratégia para convencer o interlocutor a atender seu pedido. (GONÇALVES, 2010, p. 07)

Conforme se pode perceber na análise apresentada por Gonçalves (2010), os epistêmicos asseverativos, em grande parte dos casos, ocorrem em enunciados que funcionam como argumentos para uma determinada conclusão pretendida pelo locutor. Em outras palavras, é comumente utilizado para o locutor apresentar um conhecimento (por ele considerado como verdadeiro) para seu interlocutor e, a partir desse conhecimento, convencer seu interlocutor a assumir um determinado posicionamento ou realizar uma determinada ação.

No memorando, no entanto, a ocorrência maior foi de epistêmicos quase-asseverativos. Gonçalves (2010, p. 23) percebeu que esses ocorrem sobretudo em “memorandos de solicitação emitidos por locutores de nível inferior a interlocutores de nível superior, nas organizações; já que não os cabe ordenar eles apresentam suas solicitações como uma possibilidade, que pode ou não acontecer”. É isso que se percebe no trecho abaixo, retirado do *corpus* analisado pela pesquisadora.

Trecho 02 – Memorando

Gostaríamos ainda de saber a **possibilidade** do CCAE em contribuir com ajuda de custo para os alunos, bem como diárias e inscrições para os professores.

De acordo com Gonçalves (2010), o locutor modaliza o enunciado ao utilizar o termo “**possibilidade**”. Com esse termo, o locutor expressa um pedido ao seu interlocutor sobre a possibilidade de o Centro em questão contribuir com ajuda de custo para alunos e, ainda, diária e inscrições para professores participarem do congresso: “O locutor não apresenta certeza quanto à confirmação dos pedidos e também não se compromete com o que diz, deixando seu interlocutor livre para decidir que posicionamento tomar. O modalizador utilizado é um epistêmico quase-asseverativo” (idem, p.13).

Em ocorrência bastante significativa foram encontrados epistêmicos asseverativos na ata (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2011) e no relatório (BATISTA, 2010), também com a função de distanciamento do dito. Entretanto, nesses documentos, os epistêmicos quase-asseverativos apareceram através de verbos *dicendi*, isentando o locutor responsável pelo enunciado de qualquer responsabilidade pelo dito de outros locutores introduzidos em seu discurso. É isso que se pode ver no trecho abaixo.

Trecho 03 – Ata

A profa. Rita **sugere** que programe uma reunião para discutir somente sobre o sistema de aulas, para que se encontre a realidade da UNIFEI entre docentes e discentes.

Segundo Nascimento e Oliveira (2011), o relato acima está no estilo indireto e a mudança de L1 não é marcada pelo uso das aspas ou travessão. Observa-se que L1 – o escritor do discurso, em terceira pessoa – apresenta L2, a professora Rita, e através do verbo “sugerir” traz o relato - que programe uma reunião para discutir somente sobre o sistema de aulas, para que se encontre a realidade

da UNIFEI entre docentes e discentes, incorporando - o ao seu próprio discurso.

L1 introduz o relato de L2 através do verbo *sugerir*, modalizador epistêmico quase-asseverativo, que apresenta o conteúdo da proposição como algo possível, ou quase-certo. Essa estratégia permite um não comprometimento do locutor primeiro, uma vez que, ao apresentar o discurso de um segundo locutor como sinônimo de “sugestão”, ele se isenta de responsabilidade sobre a verdade da proposição. Nascimento e Oliveira (2011, p. 130) afirmam que, “embora o relato esteja sob a forma de estilo indireto, o uso do modalizador quase-asseverativo é tão forte que distancia L1 do discurso de L2”.

2.2 Modalização Deôntica

A modalização deôntica prevalece como o tipo de modalização de maior frequência nos gêneros investigados no projeto ESAGD. Nos oito gêneros investigados, a modalização deôntica aparece com o maior número de ocorrências em cinco deles – carta comercial, ata, requerimento, edital e relatório – e empata com a modalização epistêmica quase-asseverativa no gênero memorando.

Essa elevada ocorrência da modalização deôntica nos gêneros formulaicos não ocorre por acaso: revela o caráter instrucional do universo empresarial e oficial. É necessário considerar que esses gêneros regulam as ações de linguagem das instituições públicas e privadas que, por sua vez, também regulam muitas de nossas ações sociais.

Registramos os diferentes tipos de modalização deôntica nos gêneros investigados, com predominância da deôntica de obrigatoriedade.

Deôntica de obrigatoriedade – A noção de orientação e instrução prevalece na grande maioria das ocorrências da modalização deôntica de obrigatoriedade. É isso que se pode perceber no trecho abaixo, retirado de uma carta comercial do *corpus* de investigação composto por Gonçalves (2011).

Trecho 04 – Carta Comercial

Aproveite a oportunidade: **pague** agora à vista utilizando o boleto abaixo, regularizando assim o seu débito e também a sua situação no SPC/SERASA (...).

Segundo Gonçalves (2011), no trecho 04, é possível visualizar a ocorrência dos verbos no imperativo *aproveite* e *pague*, modalizando o enunciado. Esses dois verbos no imperativo são utilizados pelo locutor para dar instruções a seu cliente, indicando como ele deve agir diante do que está sendo posto, ou seja, o cliente deve aproveitar a oportunidade oferecida para pagar a sua dívida. Nos dois casos está ocorrendo modalização deôntica de obrigatoriedade indicando instrução ao interlocutor. Esse tipo de funcionamento da modalização deôntica de obrigatoriedade, indicando instrução, também foi encontrado por Santos (2012), no gênero edital, e Bastos

(2011), no gênero ofício.

No uso da modalização deôntica de obrigatoriedade também foi identificada a noção de ordem, algumas vezes acumulando a noção de instrução. A noção de ordem ocorre, sobretudo, no gênero edital, com a intenção explícita de regular ações do interlocutor. É isso o que se pode perceber no exemplo abaixo, retirado do corpus de Santos (2012).

Trecho 05 – Edital

5.1.4. Para solicitar a inscrição o candidato **obrigatoriamente deverá** acessar o site www.ufpb.br e preencher o formulário de inscrição integralmente.

Santos (2012) afirma que, no trecho 05, a ocorrência da modalização deôntica de obrigatoriedade, com o uso do verbo *dever*, tem o intuito de deixar clara ao interlocutor a obrigação de acessar o site para que ele possa fazer sua inscrição no concurso público de que trata o edital. Como reforço dessa ordem aparece o advérbio *obrigatoriamente*. A pesquisadora ainda complementa que o conteúdo do enunciado é direcionado diretamente ao interlocutor dando-lhe uma ordem, uma obrigação. No entanto, é possível observar que as noções de ordem e de instrução se confundem, no enunciado acima.

Essa mesma noção de ordem, com instruções, foi verificada por Gonçalves (2010, p. 23), no gênero memorando: “visualizamos ser mais comum a utilização dos deônticos de obrigatoriedade, quando se trata de um texto emitido por locutores de cargos superiores a interlocutores de cargos inferiores, e isso se explica porque esses modalizadores servem para ressaltar o caráter de ordem que vem dos níveis mais elevados nas organizações”. E acrescenta: “Esses modalizadores não permitem que o interlocutor tenha outra leitura do que está sendo dito, a não ser a de obediência.”

Isso não vai ocorrer, por exemplo, no enunciado que segue, retirado de uma ata.

Trecho 06 – Ata

Acha, portanto, que a SBEM deve começar a se posicionar sobre esta questão. Mônica sublinha que, ao falar sobre licenciatura, temos que pensar na formação do formador, o que nos leva à **necessidade** de estabelecer diretrizes para isso.

No trecho 06, retirado do *corpus* de Batista (2009), percebe-se que os modalizadores deônticos de obrigatoriedade *deve* e *necessidade* apresentam o conteúdo do enunciado como algo obrigatório, que deve ocorrer, mas não possuem o caráter de ordem, nem de instrução. Isso ocorre porque esses modalizadores foram utilizados por um locutor (doravante Mônica), para expressar uma avaliação em relação ao conteúdo proposicional.

Esse mesmo uso também foi verificado por Gonçalves (2010, p. 23), no gênero memorando: “Também ocorreram alguns casos de deônticos indicando obrigatoriedade, marcados pelos termos ‘necessidades’ e ‘necessária’, em que o locutor não está emitindo ordens, mas expressando a necessidade de ocorrência de determinado

fato.”

Deontica de possibilidade – A modalização deontica de possibilidade foi catalogada em 04 gêneros: memorando, ofício, carta comercial e edital. No entanto, com um número de ocorrências bem inferior ao de obrigatoriedade.

Em todas as ocorrências catalogadas, esse tipo de modalização foi utilizado com a noção de permissão, como se percebe no trecho 07, retirado do *corpus* de Bastos (2011).

Trecho 07 – Ofício

Ilmo(a). Sr(a). Reitor(a),

[...]

- O concurso é aberto em duas modalidades: - ESTUDANTE E PROFISSIONAL- e em duas categorias de participação: PRODUTOS & APLICAÇÕES e GESTÃO DA RECICLAGEM
- **Podem** participar estudantes de todos os cursos do nível superior em tecnologia, graduação e pós-graduação (lato sensu), individualmente ou em equipe multidisciplinar (da mesma instituição)
- **É permitida** a participação nas duas categorias (Produtos & Aplicações e Gestão da Reciclagem)

O trecho 07 foi retirado de um ofício através do qual uma empresa comunica a abertura de inscrições para o prêmio que patrocina, oferece informações quanto à inscrição, à premiação, e convida professores e alunos da universidade a participarem. No referido trecho, ocorrem dois modalizadores deonticos de possibilidade: *podem* e *é permitida*.

Segundo Bastos (2011), através do primeiro modalizador, que recai sobre o trecho “**Podem** participar estudantes de todos os cursos do nível superior em tecnologia, graduação e pós-graduação (lato sensu), individualmente ou em equipe multidisciplinar (da mesma instituição)”, o locutor expressa a permissão dada para que os estudantes dos cursos mencionados participem do evento. Com o modalizador *É permitida*, o locutor indica permissão expressa para participação dos estudantes nas categorias mencionadas.

É interessante observar que, no trecho 07, além de veicular o sentido de permissão, os modalizadores também funcionam como indicadores de instrução, uma vez que estabelecem também o modo como a participação deve se dar: individualmente ou em equipe multidisciplinar, em duas categorias. Esse uso da modalização deontica de possibilidade também foi verificado no *corpus* de Santos (2012), relativo ao gênero edital.

Deontica de proibição – A modalização deontica de proibição foi encontrada em 04 gêneros: ofício, declaração requerimento e edital. No entanto, sua ocorrência não foi significativa. Este tipo de modalização, nos trechos em que ocorreu, foi utilizado no sentido de apresentar o conteúdo do enunciado como algo proibido para o interlocutor. É isso que se percebe no trecho 08, analisado por Santos (2012).

Trecho 08 – Edital

5.5. A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato **não poderá** alegar desconhecimento.

No trecho 08, verifica-se a presença o modalizador deontico de proibição *não poderá*. De acordo com Santos (2012), a modalização proibitiva recai sobre a alegação de desconhecimento e tem um caráter deontico proibitivo diretamente expresso ao interlocutor, o candidato. Logo, para essa pesquisadora (idem, p. 65) “o conteúdo proposicional deve ser lido como é proibido alegar que não se tem conhecimento das normas e condições estabelecidas no edital, pois, se houve a inscrição do candidato, subentende-se que ele compreendeu e acatou as normas e condições”.

Em todos os gêneros em que ocorreu, a modalização deontica de proibição também adquiriu um caráter de instrução, no sentido em que apresenta o conteúdo como algo proibido ao interlocutor indicando, assim, como esse não pode ou não deve agir.

Deontica Volitiva – Esse tipo de modalização ocorreu em apenas dois gêneros investigados: o ofício e o requerimento. No ofício, foram catalogadas apenas três ocorrências, em documentos utilizados para realizar solicitações.

No requerimento, por sua vez, ocorreu em todos os textos analisados, relevando a característica funcional do gênero, segundo Lima (2011, p. 46): “Identificamos que a modalização volitiva é uma característica peculiar do requerimento. Isso se justifica através das próprias características funcionais do documento. É utilizado para fazer uma solicitação”. O trecho 09 ilustra o funcionamento linguístico-discursivo deste tipo de modalização.

Trecho 09 – Requerimento

“... **vem a requerer** a Vossa Excelência sua inscrição como Voluntário, a fim de poder prestar serviços junto à Seção Judiciária do Estado do Tocantins.”

A expressão em destaque, no trecho 09, diz respeito à necessidade ou à possibilidade relacionadas ao desejo do locutor. Por isso, ao utilizar a expressão **vem a requerer**, a intenção do falante é solicitar sua inscrição como voluntário. Conforme assinala Lima (2011, p. 36), é por esta razão que a expressão está modalizando esse discurso: “Não pelo simples fato de solicitar algo, mas também pelo que está implícito no pedido, ou seja, um sentimento: a vontade do locutor”. Assim, pode-se perceber que a expressão em destaque é um exemplo de modalização deontica volitiva.

Conforme se vê nas análises apresentadas anteriormente, a modalização deontica se fez presente em quase todos os gêneros do universo empresarial e oficial. Em grande parte dos casos, adquire um caráter instrucional, indicando ao interlocutor como deve agir. Esse caráter, na maioria das vezes, veicula concomitantemente outros sentidos. Além dessa função instrucional, os modalizadores

deônticos são utilizados para veicular obrigatoriedade, ordem, proibição, permissão e pedido ou solicitação.

2.3 Modalização Avaliativa

Conforme definimos anteriormente, a modalização avaliativa tem a função de veicular um ponto de vista ou posicionamento do locutor frente ao dito, excetuando-se o caráter deôntico e epistêmico. Se considerássemos o que apresenta os manuais de redação, este tipo de modalização deveria ter pouca ocorrência nos documentos formulaicos, uma vez que os referidos manuais afirmam que as redações comercial e oficial devem se pautar pela objetividade e impessoalidade. No entanto, não foi isso o que as investigações revelaram: em todos os documentos pesquisados, sem exceção, foram catalogadas ocorrências da modalização avaliativa.

Em gêneros como o ofício, a carta comercial e o requerimento, a modalização avaliativa se apresentou com extrema relevância veiculando não só posicionamentos do locutor, mas funcionando como uma estratégia argumentativa bastante peculiar, no sentido de tentar convencer o interlocutor a realizar determinadas ações, como atender um pedido, por exemplo. Isso pode ser percebido no trecho que segue, retirado do *corpus* de Lima (2011).

Trecho 10 – Requerimento

É preocupante que a maior empresa estatal brasileira tenha passado a frequentar as páginas policiais da imprensa, tema que obrigatoriamente deve ser objeto de **máxima atenção** por parte do Poder Legislativo em sua competência de fiscalização sobre o Poder Executivo.

No trecho 10, retirado de um requerimento que solicita a implantação de uma CPI, podemos verificar a ocorrência de pelo menos dois modalizadores avaliativos: *é preocupante que, máxima atenção*. Através do modalizador *É preocupante que*, o locutor emite um juízo de valor sobre o conteúdo proposicional do enunciado “a maior empresa estatal brasileira tenha passado a frequentar as páginas policiais da imprensa”. Com o modalizador *máxima atenção*, o locutor posiciona-se a respeito da questão, emitindo o ponto de vista segundo a qual o Poder Legislativo deve estar atento a essa questão. Com base nesses dois posicionamentos, o locutor irá, na continuidade do documento, elaborar sua petição, qual seja a implantação da CPI.

O trecho 10 demonstra como a modalização avaliativa é utilizada nos gêneros da redação comercial e oficial para, além de emitir um ponto de vista, servir como fundamento ou argumento para outra ação linguística: realizar um pedido, fazer uma cobrança, uma relação etc. muitas vezes funcionando em conjunto com outros tipos de modalização. No caso do requerimento, como afirma Lima, esse fenômeno ocorre entre a modalização deôntica

volitiva e a avaliativa.

A modalização avaliativa foi encontrada com maior frequência nos requerimentos de cunho político, em que há um envolvimento maior por parte do locutor responsável pelo discurso. Percebeu-se também que esse tipo de modalização é utilizada como estratégia de persuasão, ou seja, os avaliativos são inseridos nos requerimentos visando o envolvimento do interlocutor, levando-o a atender o referido pedido. Por esse motivo, percebe-se que também existe uma relação entre a modalização volitiva e a modalização avaliativa, ou seja, enquanto a primeira expressa o desejo do locutor, a segunda constitui-se nas estratégias utilizadas por este para envolver o interlocutor no sentido de atender ao pedido. (Lima, 2011, p.44)

No gênero ofício, por sua vez, Bastos (2011) percebeu que a modalização avaliativa denuncia um alto grau de engajamento do locutor em relação ao conteúdo do enunciado em que aparecem. Ainda conforme a autora (2011, p. 104) é comum a ocorrência desses modalizadores na abertura ou no fechamento dos ofícios: “Geralmente são cumprimentos ou votos de *estima, respeito, consideração*, dentre outros dirigidos ao interlocutor cujo objetivo é aumentar as chances de obter resposta em favor do locutor.” Além dessa estratégia argumentativa, a pesquisadora observou o uso de certos verbos como *ressaltar, salientar, destacar, alertar*, entre outros, que mostram como o locutor direciona a leitura do conteúdo proposicional como algo que deve merecer atenção especial, por parte do interlocutor.

A modalização avaliativa também foi utilizada em concomitância com a polifonia de locutores, em gêneros como a ata e o relatório. Nestes casos, materializada através de um verbo *dicendi* modalizador, a modalização avaliativa imprime um ponto de vista do locutor responsável pelo enunciado (doravante L1) com relação ao relato de outro locutor (L2, L3 etc.) introduzido em seu discurso. É isso o que se pode perceber nos trechos 11 e 12, retirados de Nascimento e Oliveira (2011) e de Batista (2010), respectivamente.

Trecho 11 – Ata

A secretária da educação também **ressaltou** sobre a oportunidade que os agricultores terão, não só de vender seus produtos para a merenda escolar do município de Rio Tinto, mas também terão oportunidade de venderem para outros municípios.

Trecho 12 – Relatório

A Coordenadora **alegou** desconhecer a proposta e que tentaria se informar a respeito dela.

Nos trechos 11 e 12, observa-se que os verbos *ressaltar* e *alegar* foram utilizados pelo locutor responsável pelo discurso (L1) para apresentar o discurso de outros locutores (A secretária da educação e A Coordenadora, respectivamente) e ao mesmo tempo indicar como os relatos desses locutores devem ser lidos: como algo digno de ser ressaltado, no trecho 11, e como uma alegação, no trecho 12.

Além dos usos acima pontuados, a modalização

avaliativa foi observada, em diferentes gêneros, funcionando em coocorrência com outros tipos de modalização. Nesses casos, o avaliativo pode acentuar ou atenuar o efeito de sentido do outro modalizador, como se pode perceber no trecho que segue, retirado do corpus de Gonçalves (2010).

Trecho 13 – Carta comercial

Faça isso rápido.

No trecho 13, observa-se uma coocorrência da modalização deôntica com a avaliativa, através dos modalizadores *faça* e *rápido*. Segundo Gonçalves (2010), o locutor utiliza o modalizador deôntico, expresso através do verbo no imperativo *faça*, para expressar uma obrigatoriedade a seu interlocutor, no sentido de indicar que o mesmo deve regularizar sua situação para com a empresa de telefonia. O modalizador avaliativo *rápido*, por sua vez, é utilizado pelo locutor para imprimir uma avaliação a respeito de como o interlocutor deve agir, ou seja, de forma rápida. Como assinala a pesquisadora (idem, p. 16), a utilização do avaliativo *rápido* está acentuando o caráter de obrigatoriedade expresso pelo modalizador deôntico *faça*: “este indica que, além de ser obrigatório que o locutor faça algo, deve fazê-lo de forma imediata, logo, sem tempo para questionamentos”. E conclui: “Esse tipo de coocorrência permite que o locutor, além de avaliar ou julgar o caráter deôntico, também acentue o seu efeito de sentido”.

Como se pode perceber pelas análises acima apresentadas, a modalização avaliativa é utilizada com diferentes funções nos gêneros da redação comercial e oficial: imprimir pontos de vista; funcionar como argumento para solicitações, ordens etc.; emitir posicionamentos a respeito do discurso relatado; acentuar ou atenuar outras modalidades. O uso dos avaliativos, de maneira geral, coloca em questão o caráter objetivo e impessoal dos gêneros investigados porque revelam, a priori, aspectos de subjetividade e intersubjetividade explicitamente marcados, nos textos.

2.4 Modalização Delimitadora

Conforme assinalamos anteriormente, a modalização delimitadora é aquela que estabelece os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do enunciado e, por essa razão, identifica graus de tensão ou de negociação na interlocução.

Nos gêneros da redação comercial e oficial, este tipo de modalização não é muito usual, pelo menos nos corpora investigados. Sua maior recorrência se deu no gênero edital, investigado por Santos (2012), cujo funcionamento se pode perceber no enunciado que segue.

Trecho 14 – Edital

5.1.2. Será admitida a inscrição **exclusivamente** via Internet, no endereço eletrônico www.ufpb.br, solicitada a partir das 08 horas do dia **15 de abril de 2009** até às 23 horas e 59 minutos do dia **08 de maio**

de 2009, observado o horário oficial de Brasília/DF. (negritos próprios do corpus)

No trecho 14, segundo Santos (2012) ocorre modalização com o delimitador *exclusivamente*, utilizado com a função de estabelecer limites e parâmetros para que se possa efetuar a inscrição no concurso e que faz referência ao edital em questão. Para a pesquisadora (idem, p. 69), “o delimitador orienta e esclarece o interlocutor em relação a como e onde fazer a inscrição” e recai sobre o conteúdo de todo o enunciado. A pesquisadora ainda acrescenta que a orientação dada pelo modalizador é enfatizada pelo grifo, que reforça a delimitação já marcada pela palavra *exclusivamente*.

Convém ressaltar que, no enunciado do trecho 14, além do advérbio modalizador *exclusivamente* e do grifo, as expressões “no endereço eletrônico www.ufpb.br, solicitada a partir das 08 horas do dia **15 de abril de 2009** até às 23 horas e 59 minutos do dia **08 de maio de 2009**, observado o horário oficial de Brasília/DF” também são modalizadoras delimitadoras, uma vez que demarcam local e horário em que as inscrições devem ser realizadas.

Pelo que se observa na análise do trecho 14, os delimitadores presentes no gênero edital funcionam como uma estratégia, por parte do locutor, no sentido de orientar o interlocutor a como agir ou reagir ao que está sendo enunciado. Assim, esses elementos se constituem em uma estratégia argumentativa bastante eficaz, uma vez que através deles, o locutor registra em seu enunciado limites a serem obedecidos. Por essa razão, é bastante comum a sua ocorrência em concomitância com os modalizadores deônticos, como se pode observar no trecho que segue, retirado de Santos (2012).

Trecho 15 – Edital

2.3. O candidato **poderá** requerer cópia de sua Folha de Respostas da Prova Objetiva e/ou da Prova de Redação e/ou da Prova Discursiva, no primeiro dia útil após a divulgação do resultado, observando os **seguintes procedimentos**:

- acessar o sítio da COMPERVE, no qual estará disponível o formulário de Requerimento Específico;
- preencher integralmente o Requerimento de acordo com as instruções nele constantes;
- enviar eletronicamente o Requerimento e imprimir o Comprovante de Solicitação.”

No primeiro enunciado do trecho 15 é possível perceber a existência de dois modalizadores: o modalizador deôntico de possibilidade *poderá*, estabelecendo permissão, e o modalizador delimitador *seguintes procedimentos*. Conforme assinala Santos (2012, p.75), ao candidato do concurso de que trata o edital do qual foi retirado o trecho 15 é permitido solicitar a folha de resposta da prova realizada: “No entanto, essa permissão não ocorrerá de qualquer maneira e, para especificar o modo como se dará o locutor utiliza um modalizador delimitador *seguintes procedimentos*, para listar o que deve fazer o candidato.” A pesquisadora acrescenta que, “dessa forma, o locutor

orienta o agir do candidato, com os passos a serem seguidos na solicitação da folha de respostas das provas por ele realizadas”.

De fato, a modalização deôntica e a modalização delimitadora contribuem para a construção de sentido no enunciado. Através da primeira, o locutor dá uma permissão a seu interlocutor, no entanto, essa permissão ocorre a partir de determinadas condições, especificadas através do modalizador delimitador. Como bem observa Santos (2012, p. 76), quanto à questão da geração de sentidos, em relação ao deôntico de possibilidade, é especificada pela utilização do delimitador, “pois este direciona o agir e a atenção do interlocutor para obter o que a ele possa interessar e lhe é facultado”.

Ainda foram encontrados delimitadores nos gêneros memorando (01 ocorrência), ofício (05 ocorrências), carta comercial (07 ocorrências) e requerimento (04 ocorrências). No entanto, como o número de ocorrência foi muito pequeno, não foi possível estabelecer nenhuma consideração a respeito do funcionamento dos delimitadores nos referidos gêneros.

Considerações Finais

O nosso objetivo com esse trabalho, de maneira específica, foi verificar como a modalização se comporta nos gêneros da redação empresarial e oficial e revelar, ao mesmo tempo, de que maneira é possível encontrar marcas de argumentatividade em documentos padronizados que tentam tornar o processo de comunicação objetivo e impessoal.

As análises apresentadas na seção anterior mostram que foram catalogadas diferentes estratégias de modalização nos gêneros investigados pelo projeto ESAGD e que a ocorrência dos tipos de modalizadores varia de um gênero para outro. Constatou-se, por conseguinte, que a predominância de um tipo em relação ao outro, em um determinado gênero, não se dá por acaso, mas em razão da própria função sócio discursiva do gênero.

Assim, explica-se porque no edital prevalecem as modalizações deôntica de obrigatoriedade, deôntica de possibilidade e delimitadora, em razão do caráter instrucional do gênero, e na declaração, por exemplo, prevalecem os epistêmicos asseverativos e os avaliativos, dada a função asseverativa deste gênero.

O quadro que segue sintetiza as ocorrências mais frequentes, por gênero investigado:

Quadro 2 – Ocorrência dos modalizadores nos gêneros da redação comercial e oficial

Gêneros	Ocorrências de modalizações mais frequentes	Porcentagens
Carta comercial	Deôntica de obrigatoriedade – 43	41,7
	Avaliativa - 38	36,9

Gêneros	Ocorrências de modalizações mais frequentes	Porcentagens
Ofício	Avaliativa – 141	63,2
	Deôntica - 47	21,2
Memorando	Epistêmica - 17	38,6
	Deôntica - 17	38,6
Ata	Deônticos – 84	44,4
	Epistêmicos quase-asseverativos – 55	29,1
	Avaliativos - 47	23,6
Declaração	Epistêmicos Asseverativos – 27	49,1
	Avaliativos - 19	34,5
Requerimento	Avaliativa – 39	32,5
	Epistêmicos – 43	35,8
	Deônticos - 65	54,2
Edital	Deônticos – 203	65,7
	Delimitadores - 80	25,9
Relatório	Deônticos – 34	42
	Epistêmicos - 28	35

Ainda no que se refere à modalização, pudemos perceber efeitos de sentido ainda não verificados em investigações anteriores: e o caso das diferentes nuances da modalização deôntica de obrigatoriedade (obrigatoriedade, ordem, instrução, ordem+instrução).

Observamos também que dois modalizadores podem atuar, conjuntamente, para a construção de sentidos em um enunciado. Isso é bastante comum em gêneros como o edital, em que o locutor parece prescindir da materialização de diferentes orientações em um único enunciado, como ocorre no trecho 15, analisado anteriormente.

Ainda foi possível verificar o fenômeno da coocorrência de modalizadores, quando um modalizador atenua ou acentua o efeito de outro modalizador, interferindo no sentido do enunciado, como ocorre no trecho 13, descrito anteriormente. Esses efeitos de atuação e atenuação foram verificados em duas situações: a) ocorrência de modalizador avaliativo com os modalizadores deônticos ou epistêmicos; b) coocorrência de modalizadores deônticos com epistêmicos.

As análises também nos fizeram refletir sobre a impessoalidade e a objetividade pregadas pelos manuais de redação do universo empresarial e oficial. A utilização de diferentes tipos de modalização, materializando diferentes estratégias semântico-argumentativas nos textos, comprova que o fato do texto estar na terceira pessoa do singular não implica objetividade, tampouco neutralidade, ou seja, a impessoalidade acaba sendo “neutralizada” por outras estratégias, como a modalização.

Assim, podemos concluir que a argumentatividade (logo subjetividade) se materializa, nos gêneros empresariais e oficiais, entre outras estratégias, pelo uso da modalização. Isso significa que, através dos modalizadores, o locutor deixa marcas de suas intenções, avalia o dito e tentar orientar seu interlocutor. Dessa

forma, não se sustenta o discurso da impessoalidade e da objetividade pregada pelos referidos manuais.

Referências

BASTOS, Ana Carolina Vieira Bastos. *Modalizadores no gênero ofício: uma descrição semântico-argumentativa*. (Dissertação de Mestrado em Linguística). João Pessoa, UFPB, 2011.

BATISTA, Silvana Lino. *Estratégias Semântico-Argumentativas no Gênero Textual/discursivo Relatório*. (Relatório de Pesquisa PIBIC). João Pessoa, UFPB, 2010.

_____. *A Argumentatividade no Gênero Ata: Operadores Argumentativos e Modalizadores Discursivos*. (Relatório de Pesquisa PIBIC). João Pessoa, UFPB, 2009.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios Modalizadores. IN: ILARI, Rodolfo (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. II: Níveis de Análise Linguística. 2ª Edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

CHAVES, Anna Líbia Araujo. O sufixo *-inho* no gênero textual entrevista – elemento modalizador discursivo. In: *Anais do I Simpósio Nacional Linguagem e Gêneros Textuais*. João Pessoa, Editora Universitária/EDUFPB, 2007.

CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y Argumentación: Conferencias del Seminario Teoría de La Argumentación y Análisis del Discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

GONÇALVES, Kátia Regina de Almeida. *Estratégias semântico-argumentativas no gênero textual/discursivo memorando* (Relatório de Pesquisa PIBIC). João Pessoa, UFPB, 2010.

_____. *Estratégias argumentativas nas cartas comerciais* (Relatório de Pesquisa PIBIC). João Pessoa, UFPB, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Geziel de Brito. *A argumentatividade no gênero requerimento: uma análise dos modalizadores discursivos* (Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso). João Pessoa, UFPB, 2011.

LYONS, John (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MANUAL DE REDAÇÃO da Câmara dos Deputados. s/d. Brasília-DF (mimeo).

NASCIMENTO, Erivaldo P. do. *Jogando com as vozes do outro: A polifonia – recurso modalizador – na Notícia Jornalística*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

_____. *A modalização como estratégia argumentativa: da proposição ao texto*. IN: *ANAIS do VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa, Editora Idéia, 2009. p. 1369 a 1376 (cd room).

_____. *A modalização deontica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas*. In: *Revista Fórum Linguístico*. Florianópolis, v.7, n.1 (30-45), jan-jun, 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; OLIVEIRA, Pricila Rafaela dos Santos. *A polifonia como estratégia argumentativa no gênero ata*. (Relatório de Pesquisa). João Pessoa, UFPB, 2011.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). *A Argumentação na Redação Comercial e Oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2012. (no prelo).

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. A modalidade no discurso de sala de aula, em contexto universitário. In: *Revista do GELNE*, Vol. 2, N. 2, 2000.

SANTOS, Sandra Maria de Carvalho. *Os modalizadores como estratégia semântico-argumentativa no gênero edital*. (Copião para qualificação do Mestrado em Linguística). João Pessoa, UFPB, 2012.

SILVA, Joseli Maria da. *A subjetividade linguisticamente marcada em pareceres técnicos e jurídicos*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2007.

SILVA, Raquel Ferreira da. *Estratégias semântico-argumentativas no gênero textual/discursivo declaração* (Relatório de Pesquisa PIBIC). João Pessoa, UFPB, 2011.